

# A POLIÉTNICA KAGWAHIWA: REDES DE RELAÇÕES E RECONFIGURAÇÕES POLÍTICAS DO MOVIMENTO INDÍGENA NO SUL DO AMAZONAS

Jordeanes do Nascimento Araújo<sup>1</sup>

Suellen Andrade Barroso<sup>2</sup>

Edmundo Peggion<sup>3</sup>

## RESUMO:

No passado era possível traçar rígidas distinções entre as mobilizações étnicas dos indígenas e as formas de luta desenvolvidas pelos camponeses, pautadas as primeiras em diferenças culturais e linguísticas, enquanto as segundas intervinham diretamente na esfera política (via sindicatos, partidos, grupos religiosos). Hoje, as demandas coletivas não são apenas dos indígenas, que se mobilizam enquanto “comunidades” associações e reivindicam um território étnico. “Ribeirinhos”, “Assentados” “Atingidos por Barragens” “Quilombolas” e outras identidades coletivas, também estão se juntando em unidades sócio-políticas maiores, sejam deslocadas pelos grandes empreendimentos, seja pela ação política de ocupação de terras específicas. Nesta perspectiva, o que se busca neste trabalho, se resumi em cinco problemáticas. Qual a situação dos chamados “índios nas cidades”? Quais seriam as dinâmicas da identidade étnica nessas cidades? E quais são as formas de estratégias políticas indígenas que esses processos geram frente ao Estado? e como os indígenas reconfiguram relações políticas no urbano via movimento indígena. Assim, as lutas atuais dos povos indígenas não se dão apenas em nível local, em escalas micro-políticas, mas envolvem também organismos de representação coletiva, movimentos indígenas e associativas, personalidades públicas e uma rede complexa de alianças (que ultrapassa os limites nacionais).

**Palavras-chave:** identidades coletivas, política indígena, movimento indígena, Sul do Amazonas

## Considerações iniciais

---

<sup>1</sup> Professor de Antropologia no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – UFAM. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Email: jordeanes.araujo@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em História Social – Programa de Pós-Graduação em História /Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Membro do Grupo de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais na Amazônia – POLIS/UFAM. Email: suellenbarroso@bol.com.br

<sup>3</sup> Professor da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Departamento de Ciências Sociais.

A discussão em torno da presença indígena em cidades brasileiras é pertinente e atual. De fato, nas últimas décadas, um número cada vez mais expressivo de indígenas tem migrado para as cidades visando ao usufruto dos mais variados benefícios atinentes à vida contemporânea, inacessíveis nas aldeias, que envolvem questões relacionadas à educação, sobretudo pautada em uma perspectiva localizada entre a micro e a macropolítica. Desta forma, podemos dizer que, com tal deslocamento, disputam o sentido do futuro, podendo, assim, se tornarem detentores de uma dupla cultura: a sua própria, a indígena e a outra.

Não obstante, este deslocamento da aldeia para a cidade não configura um processo absolutamente pacífico. A presença indígena nas cidades também é marcada pelo preconceito que os indígenas enfrentam por parte da população não indígena. Os denominados “índios urbanos”<sup>4</sup> estão separados dos outros pela fronteira cultural e a concepção que há entre essas visões de mundos tão diferentes marca a assimetria criada pela sociedade envolvente. Tais relações assimétricas estabelecidas entre brancos e índios perpassam gerações, incrustando-se na maneira de pensar das pessoas e no modo segundo o qual a sociedade abarcante construiu os sistemas de representação cultural respeitante aos povos indígenas.

Em que pese todas as controvérsias e oposições à presença indígena nas cidades, é inegável o direito imemorial destes povos à permanência nessas áreas. Conforme colocado por Bernal (2009, p.19), “não foram os índios que chegaram à cidade, foi a cidade e seus habitantes que vieram se instalar na terra dos índios”. Coadunando com esta afirmação, inferimos que ocorreu uma invasão dos territórios indígenas por parte do sistema de colonização que se instaurou no Brasil e, com isso, gradativamente, com a abertura da Transamazônica, as terras originalmente indígenas no Sul do Amazonas passaram a ser surrupiadas.

Em cidades do Estado do Amazonas, como Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Humaitá e Manicoré encontram-se indígenas que são estudantes, professores e trabalhadores comuns. No entanto, outros tantos estão desempregados ou subempregados. Isto se deve, em grande medida, a existência de um reduzido mercado de trabalho para os indígenas, quer por preconceito, quer por despreparo por parte dos

---

<sup>4</sup> “Índios urbanos” refere-se à maneira como denominamos os “Índios nas cidades”. Utilizamos e demonstramos o uso deste conceito durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Índios nas cidades Amazônicas: processos de territorialização e identidades coletivas no Sul do Amazonas” (Humaitá e Manicoré), projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM.

mesmos para galgar melhores postos. De um jeito ou de outro, a presença indígena nos centros urbanos na Amazônia é marcante.

Diante deste quadro, colocamos a nu a força da indianidade em uma sociedade marcada por preconceitos e relações de poder, expropriação e exploração. A esse olhar de representações de uns e de outros, ancora-se um conjunto de modificações rápidas que operam tanto dentro dos grupos étnicos, quanto no interior das sociedades em contato. Sendo assim, faz-se necessário uma melhor compreensão do caráter político da identidade dos grupos sociais e, principalmente, dos grupos étnicos.

Principalmente no município de Humaitá é comum se ouvir, sem qualquer cerimônia, os habitantes não índios alardearem que *era para os índios ficarem nas suas aldeias, porque lugar de índio é nas aldeias*. O que não se leva em conta é que os índios não estão invadindo as cidades. Antes, as cidades estão ocupando cada vez mais os territórios indígenas. Não faz muito tempo, a distância entre as cidades e as aldeias eram significativas. Hoje, as aldeias ficam nas proximidades das cidades, como acontece nos arredores do já mencionado município de Humaitá. Há uma distância de sete quilômetros dali encontramos a aldeia Pupunha. Dessa forma, o indígena acaba modificando suas percepções sobre a cidade, dando origem a um desejo de incorporar outros costumes e, assim, alcançar o usufruto das benesses indisponíveis nas aldeias, a saber, melhores condições de educação, emprego e saúde que modificam seus planos de vida.

O cerne da questão ora discutida diz respeito à investigação do modo de vida estabelecido pelos "índios urbanos" nas cidades. Qual a situação destes "índios urbanos" nestas cidades? Quais seriam as dinâmicas da identidade étnica nas cidades? E quais são as formas de territorialidades específicas que esses processos geram? Além disso, como os indígenas reconfiguram relações políticas no urbano via movimento indígena?

### **Uma identidade em ação ou múltiplas identidades em movimento no Sul do Amazonas?**

*Eu aprendi muito, o fruto que eu tô tendo na cidade é o aprendizado. Buscar conhecimento e tendo o conhecimento você tem uma visão ampla pra que futuramente eu possa desenvolver mais oportunidade para os parentes, eu tô conhecendo mais como é o mundo no Brasil, para que eu saiba futuramente trabalhar então só tenho agradecer aos amigos e aos colegas de trabalho. Minha família mora toda na aldeia, e quando eu vim morar na cidade não me acostumava queria voltar logo, mas agora eu tenho amigos, e está normal, e quando eu ia pra aldeia ficava ruim, então eu me adaptei. Mas essa adaptação não quer dizer que eu deixei*

*minha cultura de lado. Então eu trabalho com as duas culturas, e quando tem parente meu junto comigo eu não tenho vergonha de falar com ele na língua.*

*Um dia, aqui em Humaitá, eu estava na lotérica pagando uma conta e falando com meu parente na língua, depois chegou minha amiga de trabalho e me disse que não imaginava que eu falasse na minha língua. Eu falo na língua na hora que for preciso. Se eu perder a cultura eu vou ficar agoniado porque na cidade eu tenho um costume e na aldeia tenho outro, então na perda de um, ainda sei como funciona o outro (Ivanildo Tenharim - Secretário Municipal de Assuntos Indígenas – Humaitá/Amazonas).*

Ao partirmos desse novo cenário, permeado por uma intensa presença indígena nas cidades, percebemos que isso tem provocado, ao longo dos anos, questões desafiadoras não apenas para a Antropologia brasileira, mas também para os estudiosos do fenômeno da etnicidade nos centros urbanos. Neste ambiente, os indígenas estão envolvidos com processos e situações sociais do mundo que chamamos de “moderno”, ou seja, os universos indígenas se entrecruzam entre consumo, dinheiro, educação, conhecimento, formação acadêmica e política, modos de socialidade, modos de comer, e modos de pensar o seu mundo e o mundo dos brancos. No entanto, isso não quer dizer que exista uma “desagregação cultural”, ou, dito de outra forma, que o capital poderia corroer a cultura do nativo. Ora, a fala de Ivanildo Tenharim, acima reproduzida, desconstrói o que, por vezes, está no imaginário nacional, imagem edificada pela sociedade brasileira e pela Antropologia. Nela, há sempre uma associação entre *índio/branco/floresta ou cidade/civilização/cultura* – discurso evolucionista presente, ainda, como uma retórica de senso comum. Sob o prisma da Sociedade e do Estado, o deslocamento dos indígenas para o ambiente urbano tende a ser pensado como um processo de mudança cultural, desagregação cultural, ou, fazendo uso de um termo comum nas décadas de 1950 e 60, “assimilação”.

Tal perspectiva inventada e alimentada pelo senso comum da sociedade nacional nos leva a concordar com Baines (2001, p.02), quando afirma que:

as tentativas populares de argumentar que o índio na cidade deixa de ser índio (...) constroem uma imagem altamente pejorativa quanto ao índio, que o congela no tempo e no espaço, colocando-o em oposição à vida urbana e relegando-o ao atraso, à pobreza e a ignorância.

Isto ocorre principalmente com aqueles indígenas que não mudam seus costumes originais de tribo dentro da cidade. Isso pode ser evidenciado na fala de outra liderança indígena:

Eu já sofri muito com preconceito. Por exemplo, nos hospitais os indígenas sempre ficam para o último plano, nas escolas, vários indígenas são discriminados, são xingados, tem um olhar diferente dos outros colegas, pelas outras pessoas. O acesso a cursos de formação

dentro do município é diferente. O índio não tem uma prioridade, não tem um respeito. Então, quando chegamos solicitando, pedindo alguma formação as pessoas ignoram, faz que nem ver. Isso é uma discriminação. Eu já sofri preconceito em Porto Velho<sup>5</sup>, quando eu estudava na faculdade. Meus colegas não queriam fazer trabalho comigo porque eu era indígena, porque me vestia diferente, porque ia para a faculdade, às vezes, pintado e com colares. Eu ia diferente, às vezes não queriam falar comigo, não ficavam perto. Por que só da gente está com o cocar, com o colar e a pintura tem aquele negócio. É indígena, ele pode fazer algum mal pra gente ou ele não faz parte da nossa vivência, tem um olhar diferente, então isso é preconceito, discriminação. A sociedade ainda não aceita o índio. Tá discriminando o próprio brasileiro do Brasil (Nilcélio Jiahui – Coordenador da Associação do Povo Jiahui em Humaitá/Amazonas).

Nesse aspecto é que as reacomodações superficiais (as políticas de Estado) se multiplicam sem limites e contribuem para tornar ainda mais perceptível a diferenciação étnica. Serve ao propósito de dar aos mais desprovidos a imagem de um grupo étnico, classe deficiente e insaciável, que sempre necessita de ajuda e até mesmo da orientação de um grupo privilegiado.

É interessante percebermos que a situação dos povos indígenas é marcada por relações sociais de dominação-sujeição altamente assimétricas entre "índios" e "brancos". Para alguns segmentos da sociedade brasileira o problema dos índios se resolveria se eles se mantivessem nas aldeias, isolados, sem assistência às condições básicas de saúde, sem educação, sem informação, sem formação política, sem tecnologia e sem chances de conhecer um novo estilo de vida, considerando que o novo, o diferente, faz parte da condição humana.

Essas perspectivas preconceituosas e etnocêntricas referentes ao modo como os indígenas ganham a vida se tornam populares e se reproduzem equivocadamente de modo assustadoramente vertiginoso. Para nos fazermos melhor compreender, tomemos o episódio que envolveu o assassinato de três homens, não indígenas, no Sul do Amazonas, em fins de 2013<sup>6</sup>. Supostamente, estes homens teriam sido assassinados por índios Tenharim, que acabaram sendo presos pela Polícia Federal. Desde o início, o caso recebeu destaque na mídia local e nacional. Não demorou muito tempo para que começassem as manifestações populares, ora contrárias, ora a favor dos índios. No

---

<sup>5</sup> Capital do Estado de Rondônia, Brasil.

<sup>6</sup> Trata-se de um antigo conflito, iniciado nos idos de 1970, no município de Humaitá/Amazonas, travado entre indígenas e não indígenas, que se agravou em fins do ano de 2013. A este episódio, a Mídia denominou, de modo sensacionalista, como a "guerra de Humaitá".

entanto, aqui destacamos o caráter preconceituoso e apriorístico do episódio em tela. Abaixo, reproduzimos alguns comentários retirados do Facebook.

Bando de índios safados! Tinham que morrer. Bom seria que todo mundo da cidade invadissem a aldeia e matassem um bocado de índios também. Aí aparecia logo respostas.

Engraçado muitas pessoas são salarizados e os índios estão querendo é 3 salários mínimos

Vocês falam tanto em racismo, tem que falar isso é pros seus irmãos índios, o racismo veio foi deles que mataram os três homens brancos.

Atualmente, grupos indígenas como os Parintintin, os Tenharim e os Jiahui em Humaitá e os Mura, em Manicoré estão organizados. Lutam por políticas de reconhecimento (no sentido de conseguirem a demarcação de novas terras) e redistribuição, tanto via políticas estatais, como também via políticas não governamentais (direitos sociais, projetos de desenvolvimento sustentável). Estão reivindicando saúde de qualidade, escolas indígenas diferenciadas e bilíngues e que existam tanto na aldeia quanto cidade, além de pleitearem a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável e a manutenção dos direitos já garantidos pela Constituição Federal de 1988. Lutam, assim, por uma maior previsão nas políticas públicas e por um espaço onde possam se reproduzir simbólica e materialmente na cidade.

Então o que eu posso falar é que hoje a gente tem tentado buscar direções para que os nossos parentes que moram na cidade tenham condições de viver na cidade, e que as pessoas os vejam como indígena mesmo. E que eles consigam viver da melhor forma possível dentro da localidade que residenciam. A gente tem tentado criar mecanismos pra que eles participem de projetos e das políticas públicas e também para que eles possam falar o que eles querem, o que eles estão pensando dentro do bairro, dentro da cidade, dentro das comunidades, dentro do município para um melhor viver a cada dia da vida deles. (Zelito Tenharim - liderança indígena).

Em Humaitá existem doze bairros. Em todos os bairros há presença de indígenas morando, trabalhando, estudando e sobrevivendo. As instituições públicas desconhecem ou, se conhecem, preferem mascarar tal realidade.

No entanto, a afirmação étnica é reconfigurada no momento em que esses agentes sociais desenvolvem estratégias de luta nas associações indígenas, tais como a,

Opipam, Opirahu, Apitem, Opittanpi e a Apij<sup>7</sup>. Desta forma, os mesmos rompem com a identidade atomizada e constroem uma identidade coletiva na luta por melhores condições de participação nas políticas públicas, reivindicando isto da esfera pública.

É complicada nossa situação na cidade. Eu cheguei em Humaitá em 1970 e fui procurar um trabalho, com o documento de indígena. Não fui aceito, só depois que tirei o documento civil é que consegui um emprego. Construí uma família, então levei meus filhos na Funai para tirar a carteira de indígena. A Funai não queria tirar, porque falava que meus filhos eram índios “desaldeados” é a própria Funai que diz que não somos mais índios. No hospital, uma vez cheguei para ser atendido. A moça falou pra mim, “o senhor é índio?”. Eu respondi, “sou”. “Então vá lá na Casai”<sup>8</sup>. Chegando na Casai outro rapaz falou, “só atendemos os índios da Aldeia”. Então, o que fazer numa situação dessa? É chamar os parentes e ir buscar nossos direitos que tá na constituição (Raimundo Munduruku - morador de Humaitá).

Nesse sentido, a união das diversas etnias na cidade tem o objetivo de fortalecer as organizações sociais. Isso nos remete ao conceito de fronteiras étnicas de F. Barth (2000). As diferenças passam a ser entre culturas, não entre organizações étnicas. À medida que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprios e aos outros, para propósitos de interação, eles formam grupos étnicos em função de organização. A constituição Federal, ao reconhecer o direito dos índios de se representarem juridicamente, possibilitou a criação de dezenas de organizações indígenas e alavancou uma enorme mobilização política indígena sem precedentes. Sendo assim, um número crescente de líderes indígenas Tenharim, Jiahui, Parintintin e Mura, está migrando para as cidades para participar do movimento indígena e muitos jovens indígenas estão migrando para estudarem, visando a um melhor preparo intelectual com o fito de enfrentar a sociedade nacional.

### **A luta por reconhecimento e redistribuição no Contexto de Humaitá e Manicoré**

Até o início dos anos noventa do século XX, as relações sociais dos indígenas do Sul do Amazonas estavam exclusivamente voltadas para o Estado Brasileiro, mediadas por órgãos de Representação, tais como a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o Conselho Indigenista Missionário - CIMI. Hoje, as demandas e as relações

<sup>7</sup> **Opipam**- Organização do Povo Parintintim do Amazonas; **Opirahu** - Organização dos Povos Indígenas residentes de Humaitá; **Apij**- Associação do Povo Indígena Jiahui; **Opittampi** - Organização dos Povos Indígenas Tenharim, torá, munduruku, mura e Pirahã de Manicoré; **Apitem** - Associação do povo indígena Tenharim .

<sup>8</sup> Casa de Apoio à Saúde do Índio.

sociais dos povos indígenas se entrelaçam com redes de conexões que extrapolam as fronteiras nacionais. Neste sentido, temos os Jiahui e os Parintintin, que circulam cotidianamente entre suas aldeias e a cidade e mantêm intensas relações com ONGs como IEB, Kanindé, ECAM, além de instituições como Semuspi, Universidade do Estado do Amazonas - UEA e Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Vale ressaltar que essas ONGs estão ligadas e são financiadas diretamente por organizações multilaterais com USAID (EUA), GREAST FOREST FOUNDATION e Fundação Moor que financiam indiretamente os chamados “projetos de desenvolvimento sustentável em terras indígenas” e os cursos de vigilância ambiental, por meio de concessão de bolsas-salário como pagamento por serviços prestados. Resultante destas redes de relações, o protagonismo indígena no Sul do Amazonas floresceu para além da ação do Estado Brasileiro, sendo este fenômeno reflexo do envolvimento com organizações não governamentais, com intelectuais, lideranças políticas, universidades e outras entidades mediadoras, facilitadoras da criação de diversas associações indígenas.

Eu sempre digo que o movimento indígena é uma escola, pra mim foi a melhor escola do mundo. Se eu sou o que sou hoje, o conhecimento que tenho hoje, não na escola que aprendi foi o movimento indígena que me ensinou. Com esse conhecimento vindo do movimento indígena conseguimos criar nossa organização, participar das políticas de saúde, educação e terra para o povo indígena (Helton Mura - Vereador em Manicoré/AM, 2013).

No início do século XXI, sete associações indígenas foram criadas com o objetivo de fomentar, para além das ações do Estado brasileiro, oportunidades, ou, como aparece no discurso indígena, “planos de vida” que priorizassem a cultura de cada povo e fossem capazes de estabelecer políticas de desenvolvimento sustentável levando em consideração a “tradição cultural” de cada grupo étnico presente no Sul do Amazonas.

Nessas sete associações, formaram-se lideranças indígenas que desenvolvem trabalhos junto ao poder público. Alguns atuam como diretores de CTL<sup>9</sup> dentro da Funai; outros, na coordenação da educação indígena de Humaitá e Manicoré. Na primeira década do século XXI três bandeiras de lutas foram levantadas. A primeira e a segunda pautas tratadas diretamente com o Estado Tutelar, pela Criação da

---

<sup>9</sup> Coordenações técnicas locais.



Coordenação Regional da FUNAI e pela criação do Comitê de Políticas indígenas no sul do Amazonas, as Coordenações de Educação Indígena. A terceira, tratada com o poder local, municipal, culminou na criação da primeira Secretaria Municipal para povos indígenas de Humaitá – SEMUSPI<sup>10</sup>.

A criação da secretaria foi fruto de uma negociação política entre as diversas etnias, pois o interesse dos indígenas naquele momento era a eleição de um vereador indígena, nas eleições de 2008. Na configuração política daquele ano, o movimento indígena em Humaitá sofreu um processo de fragmentação e, com isso, a vitória naquele pleito eleitoral não foi alcançada. Diferentemente do que aconteceu em Humaitá, os povos indígenas articulados em Manicoré conseguiram criar uma coordenação indígena de educação mais organizada. Em 2008 conseguiram eleger um vereador indígena. A construção da SEMUSPI voltou a ser pensada naquele momento, mas esta só começou a funcionar em 2011, através da aliança política.

Nossa pesquisa de campo nesses dois municípios concentrou-se em levantar dados de criação, objetivos e origem das Associações Indígenas, bem como investigar o modo mediante o qual essas associações dialogam com o Estado e sua participação nas políticas públicas nas cidades. Aqui nos deteremos em apenas em três destas Associações: a do povo indígena Jiahui (APIJ), a Organização do Povo Indígena Parintintim do Amazonas (OPIPAM) e a Organização dos Povos Indígenas de Manicoré (OPPITAMPI) que desenvolvem suas atividades não apenas em prol das aldeias de seus povos, mas buscam ajudar também os índios que moram nas cidades. Ao entrar em contato com os indígenas, optamos, desde o início, pelo contato com as organizações indígenas na cidade.

Dito isto, vale a pena descrevermos os objetivos e atividades destas associações. A APIJ foi criada em 2001 tendo os seguintes objetivos e desenvolvendo as agora mencionadas atividades:

A APIJ tem como finalidade: I – Coordenar e promover a resistência unificada do povo Jiahui em prol da conquista de seus direitos; II – Lutar e pela autonomia do povo Jiahui; III – Buscar articulação com as organizações indígenas da Amazônia, nacionais e internacionais, tendo em vista o reconhecimento dos direitos indígenas; – Buscar os interesses do desenvolvimento de suas atividades em benefício do povo Jiahui e dos parentes que moram na cidade.

A OPIPAM, foi criada em 2004 e tem como finalidade:

---

<sup>10</sup> A ideia da criação da SEMUSPI surgiu em 2008, em uma Assembleia dos Povos Kagwariwa.

Coordenar e promover a resistência unificada do povo indígena Parintintin rumo a sua autonomia, rumo aos seus interesses e na conquista de seus direitos territoriais, culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais em suas terras originais, buscando articulação com as organizações indígenas da Amazônia, nacionais e internacionais; Atuar criticamente em relação a situação indígena da região, buscando soluções alternativas aos problemas; dos parentes que se encontram na aldeia e na cidade.

Configurada no mesmo modelo de luta e resistência, os objetivos da Oppitamp são semelhantes aos das demais associações, embora comporte um número maior de etnias juntas numa mesma associação.

Coordenar e promover a resistência unificada dos povos indígenas Pirahã, Mura, Munduruku, torá e Apurinã rumo a sua autonomia, rumo aos seus interesses e na conquista de seus direitos territoriais, culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais em suas terras originais, buscando articulação com as organizações indígenas da Amazônia, nacionais e internacionais; – Atuar criticamente em relação a situação indígena da região, buscando soluções alternativas aos problemas; dos parentes que se encontram na aldeia e na cidade.

A importância dos trabalhos das associações é visível, refletido na agenda que essas organizações executam na cidade, seja por intermédio da convocação de assembleias sobre educação indígena, seja realizando reuniões sobre a saúde indígena. Os objetivos destacados pelas associações são semelhantes por evidenciarem uma intensa relação com “os parentes” que moram na cidade. Como admoesta Bernal (2009, p.39), trata-se de uma lógica de ação que chamamos de “visualização social das fronteiras da identidade” na medida em que as associações encarnam numa organização semelhante a outras organizações, e, segundo suas regras, deve colocar, no entanto, signos claros mediante a manipulação do fator étnico em concorrência e comparação com grupos que utilizam outros tipos de filiação identitárias na sua ação social: as igrejas, os organismos internacionais, o governo, a sociedade.

Com efeito, um novo espaço de luta se constrói na medida em que o associativismo indígena torna-se a "esfera pública indígena de direito" capaz de acolher o campo de luta da indianidade no Sul do Amazonas. Dessa forma, visualizamos que o associativismo indígena tornou-se um dispositivo fundamental para a reconfiguração política de defesa dos direitos indígenas pós 1988, e, ao mesmo tempo, um dispositivo de estratégia e mediação entre a cidade e a aldeia. Promove-se, assim, o que podemos

chamar de "cidadania indígena" (PERES, 2003), no momento em que se articulam redes de relações parentais na cidade e redes de relações políticas através da esfera pública (Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas – SEMUSPI) e de políticas não governamentais.

Conforme colocado pelo coordenador da Apij:

O que a gente faz na associação é montar projetos, buscar parcerias e buscar doadores para que a gente faça as ações dentro da comunidade e pros parentes da cidade também. A gente articula dentro das políticas públicas indígenas, dentro do Estado, do município e do Governo Federal para a melhoria da qualidade de vida do povo Jiahui (Nilcélio Jiahui).

A maior parte dessas ações reflete, antes de tudo, uma vocação de articulação entre o fator étnico propriamente dito e as instâncias ou níveis de ação de grupos e organizações não étnicas com os quais os indígenas mantêm contato dentro de uma rede de relações sociais, via associação, que extrapola as fronteiras nacionais e permite articulações políticas com diversas organizações.



Neste mapa<sup>11</sup>, feito a partir de um croqui elaborado pelos próprios indígenas, em uma oficina de cartografia social em Humaitá, estão todos os bairros da cidade, bem como as instituições que dialogam com os indígenas tanto nas aldeias como os indígenas na cidade. O mapa também revela a rede de relações “dos parentes” e também as estratégias políticas travadas na cidade. Além disso, o mapa social elucida o campo social de participação indígena no contexto urbano e as instituições sociais que os indígenas enquanto agentes sociais dialogam e articulam políticas voltadas para os direitos indígenas.

A Apij conseguiu um projeto de longa extensão, teve apoio institucional para compra de materiais, um estagiário, uma assessora técnica, combustível, materiais de expedição, foi uma ponte da Apij com a Kanide, mas quem financiou o projeto foi a fundação Moor. A fundação Moor trabalha com a parte do meio ambiente. Esse projeto teve início em 2009, tem validade de dois anos. Um dos primeiros projetos com a Kanide, depois de muito tempo tentando articular. Ela deu apoio aos materiais, combustíveis e a assessora. Temos o projeto Ara. Parcerias com a fundação Moor, tem a Ecan, Kanide. E nós escrevemos no edital prêmio de cultura indígena, mas ainda não sei, estamos esperando uma resposta. (Cleiton Jiahui, Estagiário na Apij, 2013).

É neste cenário que os indígenas buscam seus direitos de participação nas políticas públicas na cidade, seja, via ação do Estado, seja via organizações não governamentais e, assim, constroem processos de identificação étnica. Tais processos permitem que os agentes sociais que estão na cidade participem das ações e dos projetos que estão sendo construídos pelas associações. Ao refletirem sobre o papel social das associações, elaboram também novas estratégias para repensar as políticas de reconhecimento e as políticas de redistribuição.

A partir do exposto, podemos identificar alguns aspectos que podem ser considerados estratégicos para a participação política indígena na cidade de Humaitá e Manicoré. Essas estratégias são a forma de organização dentro da cidade, as redes de relações estabelecidas entre os indígenas e os costumes, onde a identidade assumida reforça o sentimento de pertencimento a um determinado povo. Os indígenas constroem suas territorialidades específicas dentro do contexto urbano e em diversas situações sociais. Conservam, porém, o contato com a aldeia, o que contribui para fortalecer a identidade e sua organização social na cidade.

---

<sup>11</sup> Mapa situacional dos índios na cidade de Humaitá. Fonte: Jordeanes Araújo.

Ao visualizarmos tal fenômeno étnico, que se refere à formação das associações indígenas nos centros urbanos, percebemos que tal formação está em curso em três momentos, a saber: a saída da aldeia, visando a melhores condições de vida (isso é refletido, por exemplo, na fala de Raimundo Munduruku); a busca por educação formal e engajamento no movimento indígena (discurso presente na fala de Ivanildo Tenharim e Helton Mura) e, finalmente, a formação das associações indígenas como estratégia de fortalecimento da cultura e busca dos direitos legais e políticos (presente na fala de Nilcélio Jiahui). Tais perspectivas, ou percursos, se voltam para dois objetivos fundamentais, isto é, a construção de “planos de vida” e a afirmação étnica do “índio cidadão”, com vistas ao futuro, desatrelado do governo tutelar na busca de autonomia indígena. Diante do protagonismo indígena, a luta por reconhecimento no meio urbano pode auxiliar a política de redistribuição, bem como promover a interação e cooperação de diferenças incomensuráveis.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Raimundo Neves. *Retalhos Históricos e Geográficos de Humaitá: documentário histórico de Humaitá de 1869 a 1970*. Porto Velho: O Autor, 2005.
- BAINES, Stephen G. *As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade*. Revista Brasil Indígena. Ano I, nº7 Brasília/DF—Nov-Dez/ 2001.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BERNAL, Roberto. J. *Índios urbanos: processos de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus*. Manaus: EDUA, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COHEN, Abner. *Urban ethnicity*. Londres: Tavistock Publications, 1974.
- CUCHE, Denys. *A noção de Cultura nas Ciências Sociais; Tradução de Viviane Ribeiro*. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- FENTON, Steven. *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.
- NIMUENDAJU, Curt. *As tribos do Alto Madeira*. Textos Indigenistas. São Paulo: Layola, 1987.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Urbanização e Tribalismo: A integração dos índios Terena numa sociedade de Casses*. Rio de Janeiro, ZAHAR EDITORES, 1986.

\_\_\_\_\_. *A crise do Indigenismo*. Campinas: UNICAMP, 1988. Estudos Avançados 14 (40), 2000.

\_\_\_\_\_. *Caminhos da Identidade: Ensaio sobre Etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006.

POUTIGNAT, Philipe; STREIFF-FENAT, Jocely. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

PERES, Sidnei. *Cultura, Política e Identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.